OS CONCEITOS NO ENSINO DE HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA.

André Luiz Da Silva

RESUMO.

O ensino de história e o ensino de língua portuguesa se articulam na medida em que ambos têm como seu material de análise os conceitos. Palavras como Estado, política, economia, democracia, cultura, racismo, entre outras, estão presentes em filmes, obras literárias, canções, peças teatrais, contos e lendas, que devem, mediante um trabalho de crítica e análise, ser a base para a produção do saber histórico e literário. É tarefa do professor mediar junto aos estudantes a compreensão dos conceitos presentes nas diferentes narrativas analisadas. Desse modo, o Subprojeto Multidisciplinar de História e Letras, parte do Programa Residência Pedagógica da FEF, tem como um de seus objetivos oferecer aos residentes, professores em formação, as noções necessárias para pensar de forma interdisciplinar a relação teoria e prática no ensino a partir da interpretação histórica dos conceitos.

PALAVRAS-CHAVE: Conceitos Históricos, Residência Pedagógica, Formação de Professores.

ABSTRACT.

The teaching of history and the teaching of Portuguese language are articulated in the measure in which both have as their material of analysis the concepts. Words such as State, politics, economy, democracy, culture, racism, among others, are present in films, literary works, songs, plays, stories and legends, which, through a work of criticism and analysis, must be the basis for production of historical and literary knowledge. It is the teacher's task to mediate with the students the understanding of the concepts present in the different narratives analyzed. Thus, the Multidisciplinary Subproject of History and Letters, part of the Pedagogical Residence Program of the FEF, has as one of its objectives to offer residents, teachers in training, the necessary notions to think in an interdisciplinary way the relation theory and practice in

teaching from of the historical interpretation of concepts.

KEY WORDS: Historical Concepts, Pedagogical Residence, Teacher Training.

Introdução.

O Programa Residência Pedagógica, que envolve as licenciaturas em História, Letras, Matemática, Biologia e Pedagogia da Fundação Educacional de Fernandópolis, tem como compromisso aproximar a produção científica universitária da educação básica. No caso do subprojeto História e Letras, a compreensão histórica dos conceitos é a base do trabalho que vem sendo realizado em três escolas-campos E. E. Carlos Barozzi e E. E. Armelindo Ferrari, localizadas em Fernandópolis e a E. E. Silvio Miotto, localizada em Estrela d'Oeste. O projeto teve início em agosto de 2018, envolvendo uma equipe formada por 1 coordenador institucional do programa, 2 professores-orientadores, 6 preceptores em 24 residentes, todos bolsistas pela CAPES.

Os estudantes residentes dos cursos de licenciatura em história e letras da Fundação Educacional de Fernandópolis, por meio de atividades de cunho interdisciplinar promovidas pelo Programa Residência Pedagógica, vem tomando contato e buscando trazer para o cotidiano de seus estágios as reflexões teóricas sobre a prática de ensino a partir da historicização dos conceitos.

Ao trabalharmos temas históricos ou da língua portuguesa nós professores utilizamos palavras que acreditamos tornar inteligíveis os fenômenos, estas palavras são chamadas conceitos. Entretanto, o que são os conceitos e quais as possibilidades de se trabalhar a historicidade dos conceitos em sala de aula?

Longe da pretensão de abordar todo um debate sobre a questão, procuramos neste texto compreender um pouco mais profundamente estas discussões. No centro de nossas interrogações está variância e a invariância histórica, ou seja, se os fenômenos e os conceitos que utilizamos para percebê-los apresentam nexos transhistóricos. Em outras palavras, até que ponto os fenômenos são compreensíveis a partir de um aparato conceitual herdado, forjado ou tomado por empréstimo pelos autores das narrativas analisadas em sala de aula?

A relevância das questões abordadas neste texto está relacionada com as interrogações e inquietudes vivenciadas pelos historiadores nas últimas décadas com a possível crise dos paradigmas. Como considerou Chartier (2002, p.8-10), diante de uma crise da inteligibilidade histórica e refluxo dos modelos explicativos, ganharam a atenção novos questionamentos sobre uso das palavras presentes nas fontes históricas e o seu significado inédito no presente. A

procura por uma fundamentação teórica para interpretação dos conceitos está também associada com as críticas pós-modernas que consideram a historiografia uma invenção. Em meio a estas interrogações, a história conceitual de Koselleck e a perspectiva foucaultiana de Veyne apresentam alternativas teóricas para a historicização dos conceitos.

Entre as atividades realizadas pelos residentes constam as regências e atividades de preparação de aulas e revisões. Estas atividades são pautadas na relação entre teoria e prática, e tem como horizonte de expectativa promover a melhoria da educação básica. Quinzenalmente são realizadas reuniões entre os estudantes, preceptores e docentes orientadores, sendo que o tema História dos Conceitos e ensino foi amplamente debatido e incorporado ao cotidiano de trabalho dos residentes. Desse modo, tratamos neste texto destas reflexões.

Koselleck e Veyne e a interpretação dos conceitos.

Como considerou Prost, refletir sobre a história dos conceitos não seria parte da tradição herdada pelos historiadores franceses. Não existiria muita preocupação com o uso de conceitos diferentes para se referir aos mesmos fenômenos, como por exemplo o uso das palavras Estado, governo e poder como sinônimos. Já a tradição germânica apresentaria maior preocupação com a questão, sendo comum a inclusão no início dos trabalhos acadêmicos uma análise dos conceitos utilizados na narrativa (PROST, 2008).

O uso de termos forjados em épocas recentes para descrever os fenômenos de períodos distintos já estava entre os temas abordados pelos fundadores do movimento dos *Annales*. Bloch denunciou o uso anacrônico dos conceitos. Contudo, considerava que as palavras empregadas pelos historiadores valeriam mais por seu potencial explicativo do que por sua semântica (BLOCH, 2001). Desse modo, Bloch compreendeu como uma necessidade o uso de expressões do presente se estas possibilitassem uma interpretação dos fenômenos de maneira mais pertinente.

Como considerou Reis, o historiador lida com os conceitos criados por ele, por outros pesquisadores e com as palavras de conteúdo concreto presentes nos documentos, porém ao recorrer a conceitos estranhos à época, depara-se com as armadilhas inevitáveis do anacronismo (REIS, 2005).

Comentando sobre o uso do conceito de capitalismo em suas pesquisas, Braudel entendeu “[...] que essa palavra de combate é ambígua, terrivelmente carregada de atualidade e, virtualmente, de anacronismo” (BRAUDEL, 1987, p.32). Se aproximando das considerações de Marc Bloch, Braudel assume os riscos de seu uso pelo potencial explicativo do conceito. Sua concepção de *capitalismo* está ancorada em uma continuidade das experiências entre passado e presente. Braudel procura novas definições para os conceitos que utiliza, forjando outros a partir de uma leitura estruturalista da realidade histórica. Apesar de compartilharem a perspectiva de continuidade, e atentarem ao anacronismo no uso dos conceitos, Braudel não dialoga diretamente com os teóricos envolvidos na formulação da história dos conceitos alemã.

Segundo Jasmin, a história dos conceitos foi inicialmente desenvolvida por Otto Brunner, embasada teoricamente na filologia, história da filosofia e na hermenêutica (JASMIN, 2005).

Brunner foi crítico a historiografia jurídica e liberal alemã que utilizava de conceitos derivados do liberalismo em estudos sobre o período medieval. A história conceitual teve novos desdobramentos em fins da década de 1960. As pesquisas de Brunner em co-autoria com Werner Conze e Reinhart Koselleck resultaram em importantes dicionários de conceitos, como os nove volumes de *Geschichtliche Grundbegriffe - Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* (Conceitos básicos de história – um dicionário sobre os princípios da linguagem político-social na Alemanha).

Reinhart Koselleck tornou-se referência do grupo, sendo, partir do final da década de 1980, mais conhecido entre os historiadores franceses. Bentivoglio considera como uma das contribuições de Koselleck o fato de ter atentado para a historicidade dos conceitos e do pensamento sócio-político, vinculando-os à realidade social e à compreensão hermenêutica, incorporando influências da teoria werberiana de ação social e algumas premissas do historicismo oitocentista. Suas considerações sobre a historicidade dos conceitos eram pertinentes para uma historiografia que se deparava com a necessidade de pensar seus próprios limites interpretativos (BENTIVOGLIO, 2010, p.115-117).

Para Koselleck os conceitos são palavras com certo nível de teorização e reflexivas, podendo ser objeto de investigação a partir da análise de fontes históricas. Desse modo, compreendendo que a diacronia estaria presente na sincronia, a semântica do conceito estaria ligada a continuidade. Os conceitos seriam ao mesmo tempo “fato” e “indicadores”, não sendo apenas efetivos enquanto fenômenos linguísticos, mas também um indicativo do que está para

além da língua. Desse modo, Koselleck compreende que os fenômenos históricos não se limitariam a dimensão discursiva (KOSELLICK, 1992).

Enquanto os conceitos eram interpretados pela historiografia francesa como meios de compreender os fenômenos, a história dos conceitos kosolleckiana os interpretava enquanto objetos históricos. Entretanto, a partir de fins da década de 1960, novos objetos, conceitos e metodologias de pesquisa ganharam importância entre os historiadores franceses da chamada *Nouvelle Histoire*. Como resumiu Chartier, a historiografia, que com os primeiros *Annales* ocupara um lugar de destaque, passou a ser alvo de críticas de sociólogos e etnólogos. Questionou-se o primado conferido ao estudo das conjunturas econômicas ou demográficas, assim como as estruturas sociais (CHARTIER, 2002).

Le Goff abordou o imaginário enquanto uma nova dimensão para os estudos históricos. Primeiramente, buscou uma definição a partir das diferenças e proximidades com outros três conceitos, o de representação, o de simbólico e o de ideologia. A representação seria a ideia de algo. O imaginário é entendido como uma fração da representação, entretanto, dotado de uma potência criadora além da própria representação. O simbólico diz respeito ao que está implícito no objeto, como, por exemplo, a estátua que representa a justiça com a venda nos olhos. A ideologia se trata de uma representação imposta por grupos dotados de poder à sociedade, se confundindo com o imaginário, porém distanciando-se teoricamente. Embasando-se nas contribuições da psicanálise, da antropologia, da sociologia e da comunicação social, o imaginário foi entendido por Le Goff como a dimensão das imagens coletivas, amassada pelas vicissitudes da história que se formam, se transformam e são modificadas. Estas imagens mentais seriam legadas pelas tradições, circulando entre civilizações diferentes e no mundo diacrônico das classes e sociedades humanas. Le Goff ressalta a importância da reflexão sobre os instrumentos interpretativos forjados pelo historiador (LE GOFF, 1994, p.11-15).

As reflexões sobre os conceitos entre os historiadores franceses da geração de Le Goff ganharam novos contornos com as interrogações nominalistas. Reis compreende a existência de dois grupos com perspectivas distintas, os “realistas metafísicos” e os “nominalistas”. No primeiro grupo estariam Ranke, Weber, Marx, Ricoeur e Marrou, que de maneiras diferentes referem-se a um real, um universal e conhecível. No segundo grupo estariam Foucault, De Certeau, Duby e Koselleck, que combateriam o realismo metafísico dos autores anteriores. Reis compreende que os nominalistas “[...] não buscam mais esse sentido secreto universal e não acreditam que se possa reunir adversários em torno de verdades que valham para todos ou em torno de verdades revolucionárias ou em torno de valores válidos para uma humanidade

universal”, ressaltando ainda que para estes “[...] o real é intocável em si e o universal é impensável. A subjetividade é radicalmente assumida enquanto subjetividade plena, e é entendida como vontade e potência, vontade de evasão, vontade de presente, vontade de ação, vontade de fruição” (REIS, 2000, 167).

Paul Veyne seria um dos primeiros a identificar a contribuição de Foucault para a escrita da história, incorporando as discussões nominalistas. Veyne observou, assim como Bloch, que os historiadores estariam sempre embaraçados ou iludidos com os conceitos e os tipos, eles os censurariam por serem soluções rápidas, válidas para um período e não funcionando para compreensão de outros. Porém ele se distancia de Bloch ao perceber que os conceitos históricos seriam instrumentos estranhos, dotados de um sentido que vai além de qualquer definição, uma incitação perpétua ao contrassenso. Ao mesmo tempo em que passariam a falsa certeza de englobar um todo, não dariam conta de sua complexidade (VEYNE, 1998).

Veyne se distancia de Koselleck, entre outras questões, na maneira de pensar a interpretação dos fenômenos pelo historiador. Koselleck considera “[...] teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica” (KOSELLECK2002, p.3). Para Veyne “A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento” (VEYNE, 1998, p.18). Koselleck se aproxima de Veyne ao compreender que “[...] A ciência histórica atual se encontra, portanto, sob duas exigências mutuamente excludentes: fazer afirmações verdadeiras e, apesar disso, admitir e considerar a relatividade delas (KOSELLECK, 2006, p.161).

Koselleck e Veyne apresentam perspectivas diferentes sobre a singularidade e causalidade. Koselleck se aproxima da perspectiva de continuidade de Braudel, pois considera que a história contém estruturas formais de retorno e repetibilidade, condições que a longo prazo criam conjunturas semelhantes (KOSELLECK, 2006). Por outro lado, Veyne compreende a partir da perspectiva foucaultiana que todos os fenômenos são singulares, tanto históricos quanto os sociológicos. Não existiriam verdades gerais, transhistóricas. Os fatos, atos e palavras humanos não seriam provenientes da natureza ou de uma origem racional, não refletindo fielmente o objeto a que remeteriam. Os conceitos seriam ideias gerais consideradas adequadas, porém nada que é humano poderia ser adequado, racional ou universal. Desse modo, só é possível compreender o fenômeno em sua singularidade. Os indivíduos estariam encarcerados em aquários transparentes. Estes aquários seriam os discursos (dispositivos). Daí

o desafio proposto pela arqueologia foucaultiana, o de analisar as práticas discursivas (VEYNE, 2011).

Considerações Finais

Ensinar é como entrar em labirinto com seus becos sem saída, de dúvidas e possibilidades. De maneira comparável a Ariadne, a metodologia e a teoria nos indicam uma rota. Segurando uma extremidade do fio, procuramos interpretar os vestígios para superar os obstáculos do percurso. Entretanto, não há apenas um fio, como também não há apenas um labirinto. Este é o caso das interpretações possíveis para os conceitos e seus usos em sala de aula.

Para tornar este compromisso ético em uma ação prática no processo de ensino de história letras, são necessárias três etapas: 1 - Compreender como os sujeitos em suas respectivas épocas pensavam os conceitos, ou seja, buscar desenvolver junto aos alunos um olhar não anacrônico sobre os personagens e culturas estudadas. 2 - A história do conceito como uma história problema, em que cabe ao professor mediar o trabalho dos alunos com fontes e referencial bibliográfico de forma a entender o conceito como objeto historicizável. 3 - A produção de resultados, ou seja, produzir respostas para a problemática.

O conhecimento sobre o passado não deve ser apenas narrado, transferido pelo professor ao aluno, mas cabe ao docente mediar este processo para que o estudante possa alcançar o conhecimento, assim como compreender as metodologias que envolvem o ensino.

Procuramos, mesmo de maneira superficial, atentar para um debate de contornos imprecisos. A crítica ao anacronismo é o elo entre os diferentes autores. Koselleck convida o historiador/professor a pensar a história dos conceitos que utiliza em suas narrativas, identificando uma continuidade. Veyne crítica a busca por continuidades, rompendo com a interpretação braudeliana. O conhecimento compartilhado pelo professor seria um discurso forjado a partir de outros discursos que os forjam, e sua compreensão não pode excluir uma reflexão histórica sobre os conceitos citados. De qualquer modo, as escolhas teóricas do influenciaram diretamente na construção de nossas aulas.

Referências Bibliográficas

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 114-134.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1987.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, n. 57, p. 27-38.

KOSELLECK, Reinhard. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 134-146.

_____. **Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos** históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/Rio, 2006

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, 4.ed. Brasília, UNB, 1998.